



## APONTAMENTOS A PARTIR DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITOTIAIS EM ANCHIETA, SANTA CATARINA<sup>1</sup>

**Adinor José Capellesso<sup>2</sup>; Luísa Garlet Paglioza<sup>3</sup>; Andressa Slaviero<sup>3</sup>; Ana Caroline Dal  
Ri Heineck<sup>3</sup>; Giliane Perin<sup>3</sup>**

### Resumo

O estudo de experiências francesas que fogem à lógica do mercado de commodities permitiu a elaboração do enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, a qual mobiliza as heterogeneidades locais como recursos para ações de desenvolvimento territorial. Essa proposta evidencia a necessidade de uma rede de atores públicos, associativos e privados para identificação e ativação sinérgica de recursos materiais e imateriais de qualidade. O presente trabalho teve o objetivo inventariar uma possível cesta de bens e serviços territoriais a partir do município de Anchieta, Santa Catarina. O território dado apresenta uma paisagem natural singular, com um perfil de agricultores familiares que mantém um saber-fazer e tradições diferenciadas, que pode conferir autenticidade à produção e aos serviços. O estudo mobilizou oito entrevistas semiestruturadas com agricultores, estabelecimentos privados, representantes públicos, cooperativistas e outros, seguindo-se a análise do discurso. O estudo evidencia os produtos coloniais produzidos a partir de milho crioulo, cana-de-açúcar e demais agroindústrias familiares, bem como uma cervejaria artesanal. Nos serviços destaca-se a valorização dos recursos naturais pelo turismo de aventura em cachoeiras e voo livre, o qual agrega o balonismo e o saber-fazer do café colonial e dos eventos da Festa Nacional das Sementes Crioulas e da Exposição de Orquídeas. Em termos de governança, alguns atores já vêm se articulando, porém esse ocorre ainda de forma pontual, expressando-se a falta de diálogo e coordenação, o qual pode receber estímulos a partir desse estudo.

*Palavras chave:* desenvolvimento territorial. agricultura familiar. inovação.

### 1. Introdução

Uma parcela expressiva do sistema agroalimentar passou a estruturar-se com cadeias globais de alimentos, nas quais a produção se torna cada vez mais especializada e baseada

<sup>1</sup> Este trabalho contou com apoio financeiro da Chamada Universal MCTIC/CNPq 2018.

<sup>2</sup> Professor do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus São Miguel do Oeste.

<sup>3</sup> Técnica em Agropecuária de nível médio pelo IFSC Câmpus São Miguel do oeste.



em *commodities*. Esses produtos se caracterizam pela baixa diferenciação, o que faz a disputa por mercado ocorrer com base em preços, em uma dinâmica concorrencial global. O produtor investe constantemente em tecnologias e insumos externos orientados para o aumento de escala e produtividade, o que resulta em um sistema cada vez mais padronizado e de elevada dependência. A baixa flexibilidade diante das oscilações de mercado favorece as crises e o processo excludente, especialmente, para aqueles que possuem recursos econômicos restritos, como os agricultores familiares. Conseqüentemente, observa-se um cenário no qual há grande aumento da produção enquanto os produtores com escassos recursos são excluídos das atividades, com forte recorte social (CAPELLESSO & CAZELLA, 2015).

A atuação em cadeias globais de commodities pode representar oportunidade para muitas regiões e atores, mas esse não é o único caminho. Os estudos sobre a história do desenvolvimento das regiões mostram que é possível construir dinâmicas com base em modelos de desenvolvimento territorial orientados pela diversidade. Diferenciar-se do padrão de commodities passa por mobilizar recursos materiais e imateriais que criem produtos reconhecidos pela qualidade, acessando mercados diferenciados que agreguem valor à produção. Quanto mais específica a vinculação desse produto com o território e maior o seu reconhecimento, maior a capacidade de diferenciação. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) representa um modelo teórico-metodológico de análise do desenvolvimento criado por pesquisadores e economistas franceses tendo como instrumentos a identificação e valorização de produtos e serviços territoriais (CHAMPAGNE & PECQUEUR, 2014).

A identificação de atributos específicos dos territórios, que os diferenciem por qualidades positivas pode permitir o acesso a mercados diferenciados, reduzindo os efeitos da busca por produtos cada vez mais baratos, orientada aos ganhos de escala. A CBST é entendida como um caminho para essa diferenciação. Para além de pensar em um único produto, busca identificar e articular um conjunto de produtos e serviços reconhecidos por qualidades desejadas, os quais possuem ligação histórica e cultural com o local em questão. O efeito cesta se dá quando a aproximação desses produtos e serviços cria uma imagem positiva e sinérgica, que favorece o acesso aos mercados via articulação entre os atores. Com isso podem ser criadas oportunidades para puxar novos produtos, ampliando seu reconhecimento (PECQUEUR, 2006).

Para promover uma CBST é necessário haver a constante comunicação entre atores privados, associativos e públicos de um território, atuando de forma coordenada para sustentar e se beneficiar dessa oferta. Esses definem ações de governança buscando articular-se para oferecer uma proposta sustentável e economicamente viável, de maneira a assumir uma estratégia coerente de desenvolvimento. Sendo assim, o papel de atores como



órgãos públicos, associações civis e empresas privadas é fundamental na configuração de uma CBST (CAZELLA, 2018). Nesse caso, deve-se destacar que o ambiente não é sempre harmônico, pois a ação humana é marcada por conflitos de interesses. O desafio está justamente em gerenciar os conflitos (HIRSCHMAN, 1996), criando os entendimentos e regras que orientem as relações em benefício de todos. Logo, a governança exige atores hábeis na gestão dos conflitos e na criação de normas de conduta (instituições) que passam a orientar a ação individual para confluir com os interesses coletivos.

A oferta conjunta e heterogênea de um grupo de produtos e serviços pioneiros pode ampliar as possibilidades de otimizar recursos mal aproveitados e ativar outros ainda não descobertos, em um processo de inovações dinâmicas. A caracterização dos produtos típicos, coloniais, recursos de paisagem e turísticos passam a carregar a imagem territorial, uma identidade e um vínculo com a história do local (PECQUEUR, 2006). A CBST mobiliza elementos ligados ao patrimônio cultural, ao saber-fazer da população e às tradições que proporcionam a diferenciação qualitativa da produção e dos produtos e serviços finais. Ademais, embora possa partir de um limite geográfico inicial, a construção dos territórios se estende até onde se encontra um sentimento de identidade coletiva, sobre a qual se sustenta a ação coletiva e coordenada dos atores.

A CBST apresenta-se como pertinente para refletir sobre alternativas de desenvolvimento de zonas rurais desfavorecidas pelas práticas economicistas, podendo contribuir para sua inclusão. Contudo, sua ação também pode ser aplicada em regiões com presença de dinâmicas globalizadas, mas articulando atores excluídos pelos processos competitivos. O segundo caso representa a realidade da região do Extremo Oeste de Santa Catarina. Essa formou-se historicamente com base em pequenas propriedades, as quais vem passando por um processo de especialização e concentração produtiva em cadeias de commodities de carnes, leite e grãos. Esses pequenos municípios dependem estruturalmente da agricultura familiar e, embora a movimentação econômica possa aumentar com as cadeias globais, grande parte dela é composta por fatores de produção externos, não representando um valor agregado local (PLOEG, 2006; CAPELLESSO & CAZELLA, 2015).

O presente trabalho teve o **objetivo** de inventariar os produtos, serviços e atores que podem compor uma CBST a partir do território inicial de Anchieta, Santa Catarina. Embora essa formulação se assente em territórios construídos, o presente estudo parte do território dado para situar o contexto do estudo de caso, mas considerando que o território construído poderia assumir outras configurações (PECQUEUR, 2005). A metodologia contou com o levantamento de dados primários por meio da realização de oito entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos na produção e prestação de serviços locais: produção orgânica,



turismo, esfera pública, estabelecimentos privados, representantes associativos, produtores e personalidades estratégicas. A ênfase das entrevistas foi identificar recursos e ativos territoriais, bem como analisar as possibilidades de articulação da rede de atores territoriais e sua governança. As entrevistas foram gravadas e transcritas, seguindo-se a análise do discurso. Esses dados foram triangulados com outras fontes, tanto entre atores quanto de fontes secundárias.

## **2. O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST)**

O enfoque teórico-metodológico da CBST resulta de uma evolução dos conceitos de território e suas correlações com o espaço-lugar. O conceito de território pode ser diferenciado em “dado” e “construído”. O território dado seria a delimitação geográfica do espaço conferida pelas divisões do território físico, preexistente às relações entre os atores sociais. Não procurando analisar sua formação em si ou as condições da sua constituição, esse território é entendido apenas como um espaço de suporte. Geralmente é tratado como território institucional, a exemplo da área delimitada por fronteiras municipais, estaduais ou nacionais. Já o território construído é o resultado da construção de relações entre os atores por meio da articulação de fatores econômicos e sociais, sendo que as interações não se limitam ao território institucional (PECQUEUR, 2005). Trata-se da relação construída entre as pessoas e organizações, sendo que sua extensão se define a partir da dimensão dessas relações. Pode-se, em outros termos, dizer que o território é social, embora se construa sobre uma base física e por ela é influenciada.

Os estudos sobre as relações humanas e seu papel na construção das sociedades permitiu chegar ao conceito de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento é aqui assumido como avanço nos âmbitos econômicos, sociais, ambientais e culturais, no qual se preconiza melhorar a qualidade de vida da população e proporcionar uma distribuição de renda mais igualitária, de modo que os indivíduos tenham autonomia (PECQUEUR, 2006) ou expansão das liberdades/capacidades (SEN, 1993). Já o territorial representa uma maneira de entender como o espaço geográfico e as relações sobre ele estabelecidas podem construir mediações com as dinâmicas globais, fugindo do determinismo homogeneizador (REIS, 2007). Nesse processo a geografia dos territórios é progressivamente transformada pelas sociedades humanas. As possibilidades de atuação dos atores são condicionadas pelos componentes físicos, como infraestruturas, paisagens rurais e urbanas. Contudo, essa formulação enfatiza a capacidade dos atores se organizarem para construir diferentes possíveis trajetórias, alterando a estrutura territorial, o padrão de povoamento, as atividades humanas e as relações que se estabelecem entre elas (PECQUEUR, 2005).



A possibilidade de ação pró-ativa dos atores sociais é o que fundamenta a criação de espaços para a participação social na formulação de políticas públicas, as chamadas Políticas de Desenvolvimento Territorial. Todas as dimensões que interferem na vida dos atores sociais devem ser consideradas, a exemplo da cultura e da preservação ambiental. Dado o caráter diverso e dependente dos atores, a ativação de recursos disponíveis escolhidos é entendida como uma formulação que resulta em territórios criativos. O desenvolvimento territorial assume dimensão fortemente qualitativa, requerendo uma significativa coerência ao nível da concepção e concretização de políticas públicas (GLON & PECQUEUR, 2016).

A experiência das políticas públicas de desenvolvimento territorial brasileiro mostra como é difícil o Estado promover a participação social, especialmente, dos grupos menos organizados ou detentores de outras formas de acesso ao Estado (ZIMMERMANN et. al., 2014). Contudo, a lentidão desse processo não nega as possibilidades dos atores se organizarem a partir da base para construir projetos comuns a partir de seus recursos. A proposta da CBST difere da ação das políticas públicas apontadas acima por partir de pequenos acordos que se ampliam gradativamente com base em experiências concretas. A partir do inventário de recursos são identificadas possibilidades de interação sinérgica entre os atores, que podem construir ações comuns. O fortalecimento desse tipo de ações abre possibilidade para uma trajetória de construção de um projeto coletivo, como resultado e não como ponto de partida (JANIN & PERRON, 2020). Em outros termos, aproximar os atores dispersos e permeados por conflitos em espaços coletivos, como fez a política territorial, só pode dar certo se ali já houver confiança entre eles. Por isso, a construção gradativa de ações com a correta gestão de conflitos pode agregar novos atores e capital social para sustentar a confiança necessária em projetos maiores (HIRSCHMAN, 1996; PUTNAM, 1996).

Entende-se por recursos aqueles bens e conhecimentos que se apresentam latentes em um território e podem ser reconhecidos, valorizados e organizados. Segundo Perron e Janin (2020), estes são passíveis de exploração, podendo se caracterizar como materiais (produtos) ou imateriais (saber-fazer, patrimônio cultural, etc.). Dispondo de condições socioeconômicas, políticas e culturais favoráveis, estes “recursos” podem ser mobilizados pelos atores como parte dos projetos, tornando-se “ativos” territoriais. Este processo depende da pró-atividade e organização dos atores sociais no contexto socioeconômico em que estão inseridos, mas também do apoio do poder público. Assim, o território pode ser visualizado como campo de disputa, onde os atores buscam, por meio de vários recursos materiais e culturais, repassar sentidos e interpretações, tomar posições, produzir e legitimar consensos favoráveis a si.



Os recursos e ativos podem se apresentar como genéricos ou específicos. Os genéricos podem ser facilmente reproduzidos em outros locais e independem do território e dos atores envolvidos. Em contrapartida, recursos ou ativos específicos são aqueles intrínsecos ao território, dificilmente reproduzíveis fora do contexto deste espaço-território específico. Dessa maneira, os espaços geográficos detentores de recursos potenciais específicos podem mobilizá-los na construção de estratégias particulares de desenvolvimento territorial, que se diferenciam dos utilizados de forma genérica ou não situada. Nesse caso, os recursos genéricos continuam importantes, uma vez que podem construir sinergia com os específicos. O maior desafio por trás das estratégias de desenvolvimento territorial não é identificar tais recursos, mas articular os atores em um projeto que os valorize. Trata-se de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores, frequentemente, em torno de uma configuração inovadora (PECQUEUR, 2005).

O desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos. O território reage aos ditames externos a partir das possibilidades de identificação coletiva em torno de uma estratégia produtiva alicerçada em sua cultura, em sistemas produtivos enraizados no espaço geográfico e na organização social dos atores. Ao reorganizar a economia local face ao crescimento das concorrências na escala mundial, os atores usam dos potenciais diferenciados do território, buscando a diferenciação dos seus produtos ao invés da padronização. Na busca por revelar recursos inéditos, esse tipo de estratégia se torna dependente de constantes inovações (PECQUEUR, 2005; REIS, 2007).

O espaço geográfico apresenta um arcabouço cultural, no qual geralmente existem valores e representações identitárias de pertencimento a um ou mais grupos localizados. Por um lado, essas identidades fortalecem relações de reciprocidade entre atores, produzindo um possível efeito de “dádiva/contra-dádiva” (GODBOUT, CAILLÉ, 1999). Por outro, esse processo é permeado por conflitos de interesses, os quais exigem habilidade de gestão e criação de regras formais e informais que mediam tais relações (HIRSCHMAN, 1996). Nesse caso os agentes produtivos podem estabelecer ações coordenadas, onde ambos se beneficiam. Como resultado pode-se obter uma estratégia de oferta diversificada de produtos e serviços, mas simultaneamente situada em um espaço específico, ligada à história, à cultura e às características naturais (PECQUEUR, 2006).

A criação de uma atmosfera viável a acordos em projetos de desenvolvimento pode tornar possível uma lógica de ancoragem territorial que combina a valorização dos produtos com o espaço e sua história. A geração de riqueza obtida a partir desse alicerce é chamada de renda de qualidade territorial (MOLLARD, 2001). Neste sentido, a proximidade geográfica



se mostra elementar para a conexão das manifestações de territorialidade na organização econômica do local. Mobilizando tais conceitos, a CBST se apresenta como uma oferta conjunta e heterogênea de produtos e serviços ligados ao território composta pela coordenação de atores locais que articulam ações de governança para sustentá-la (PECQUEUR, 2006). Para tanto, a governança deve incluir atores públicos, associativos e privados que promovem ações mercantis e não mercantis com possibilidade de resultar em objetivos comuns.

Segundo Champagne e Pecqueur (2014), os atores têm diferentes atribuições no contexto da CBST. Os públicos são responsáveis por direcionar as ações a serviço do bem comum, através da instituição de modos de organização, infraestrutura, formas de descentralização de políticas públicas e bens coletivos a fim de facilitar o desenvolvimento do território. Os privados se relacionam com a orientação econômica, que inclui a coordenação de projetos e operacionalização das atividades, de forma a utilizar os fatores específicos para gerar a oferta. Finalmente, os associativos assumem a finalidade de mobilizar os demais atores e disponibilizar os coletivos materiais e imateriais produzidos pela valorização dos recursos, como inovações na transformação do produto, organização e formação.

Para Mollard (2001) e Pecqueur (2006), são necessários três princípios básicos para mobilizar uma “CBST”: i) a criação de uma imagem específica, caracterizando os produtos e serviços do território; ii) priorização dos mercados locais e regionais para estimular o consumo situado, com o intuito de promover o reconhecimento dos produtos e serviços da CBST pelos consumidores locais e turistas; iii) a construção de um sistema de governança territorial. Estes fundamentos são necessários na sensibilização dos atores para concretizar uma oferta conjunta e situada de ativos territoriais, na qual o próprio território é o produto oferecido.

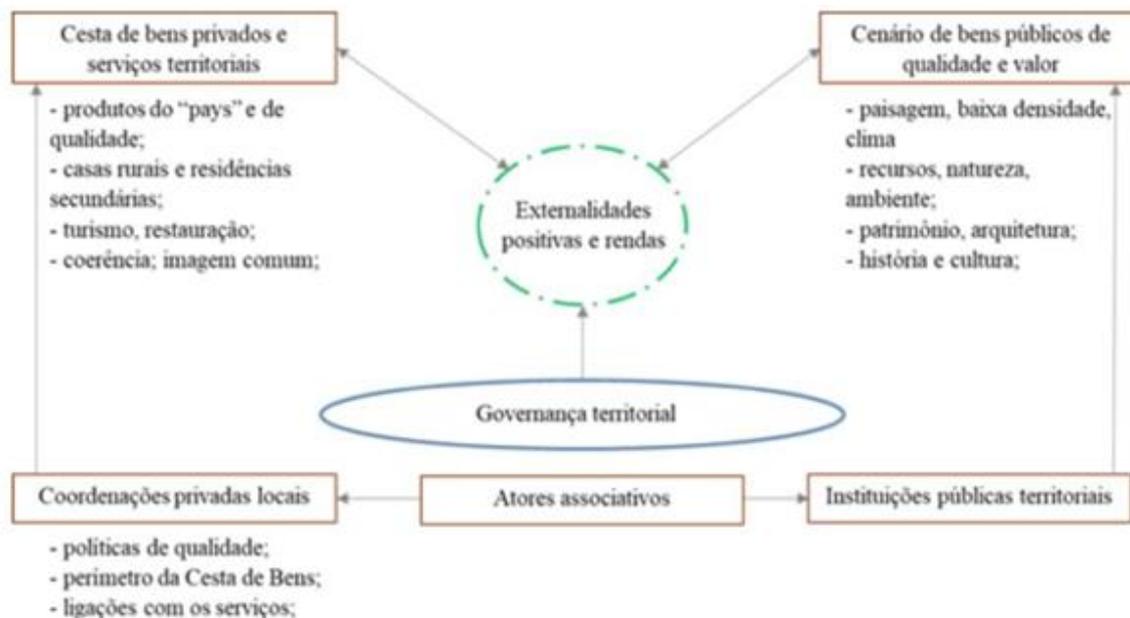
Para uma CBST apresentar vigor, os produtos devem se diferenciar pela qualidade e pelo seu vínculo com a história do local. Em função disso, os consumidores estarão dispostos a adquiri-los inclusive por preços superiores aos demais presentes no mercado, tornando a oferta específica coerente. A articulação entre os agentes se mostra cada vez mais concreta, ganhando mais visibilidade à medida que gera uma renda de qualidade territorial, o “efeito cesta”. Vale ressaltar que nem todos os produtos sofrem elevação de preços em decorrência desse efeito, podendo se expressar pela maior demanda (JANIN & PERRON, 2020). Dentro desse contexto, a interação entre os atores e a proximidade geográfica são essencialmente importantes para a construção de um sistema de governança e a constituição de uma CBST.

Conforme Hirzcak et al. (2008a), para que este processo ocorra, alguns componentes principais devem ser consolidados. Primeiro, deve haver bens e serviços complementares que possuam uma imagem ligada ao território. Os serviços territoriais facilitam o acesso do

consumidor aos produtos específicos de qualidade, mas também são fortalecidos por sua presença na CBST. Os laços de proximidade e confiança possibilitam acordos de desenvolvimento, como sistemas de venda direta, gastronomia típica e visitas ao patrimônio territorial. A demanda se relaciona diretamente com a qualidade, a reputação e reconhecimento do território e suas tradições. Por fim, os bens públicos, que são responsáveis por colocar os produtos em evidência, devem se relacionar de forma harmônica com a natureza, o patrimônio, a cultura, a história e as tradições locais. Desse modo, estabelece um forte vínculo da CBST com os conceitos de sustentabilidade no desenvolvimento.

Um esquema representativo das articulações e as relações de governança territorial voltadas à construção da CBST podem ser vistos na Figura 1: a) as coordenações privadas fornecem produtos e serviços de qualidade para compor a CBST; b) as instituições públicas mobilizam um cenário de bens públicos para sustentá-la; e c) os atores associativos fazem o papel de congregar e fundir as ações de governança territorial entre os demais atores (CAMPAGNE & PECQUEUR, 2014). Assim, salienta-se a importância da governança territorial para este processo e mostra que recursos e ativos isolados ou mal coordenados pelos atores não podem sustentar o desenvolvimento de uma CBST.

FIGURA 1: Esquema representativo do efeito cesta e dos principais fatores que o compõe.



Fonte: Campagne; Pecqueur (2014). Modificado por Cazella (2018).

### 3. Resultados e discussões

Para facilitar a descrição dos recursos e ativos territoriais e dos atores públicos e privados envolvidos, esta seção está segmentada em três partes. A primeira resgata

brevemente a trajetória histórica do município de Anchieta, entendendo-o como base geográfica inicial sobre a qual a agricultura familiar mantém recursos de qualidade diferenciada. A segunda parte busca ampliar a identificação recursos para além do rural, no sentido de uma possível articulação de produtos e serviços territoriais. Trata-se de uma análise preliminar que expressa elementos mais conhecidos pelos atores, visto que a busca por novos recursos é constante. Nesse sentido, a terceira parte apresenta os principais atores relacionados aos recursos identificados, mas destacando que a rede de relações é aberta no processo de construção territorial.

### **3.1. Da trajetória de “colonização” e dos produtos**

Após a concessão da região Extremo Oeste Catarinense a Brazil Railway Company como parte do pagamento pela construção da ferrovia São Paulo Rio Grande, essa foi revendida a diferentes colonizadoras. A colonização do atual município de Anchieta (Figura 2) ficou dentro da área de atuação da colonizadora Barth Benetti e Cia, atraindo migrantes do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Sem informações claras, as populações pré-existentes que ocupavam a região eram vindas da Guerra do Contestado, da República da Argentina, da região de Dionísio Cerqueira e do estado do Paraná. Esses exploravam erva-mate na mata, em um processo seminômade, com baixa densidade populacional (RENK, 2000).

FIGURA 2 - Localização do município de Anchieta no mapa do estado de Santa Catarina.



Fonte: Wikipédia, 2020

Os “colonos” eram descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses e compraram lotes de terra, geralmente, de 24,5 ha, as chamadas “colônias”, o que explica a configuração de pequenas propriedades no município. “A migração teve impulso nos anos 1950 e transformou a paisagem e o território de Anchieta de forma maciça, passando-se a



caracterizar-se não mais pelas matas e sim por áreas de cultivo agrícola” (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.5-6). Com baixa integração aos mercados, esses desenvolveram inicialmente a agricultura de subsistência aos moldes do campesinato clássico. As criações e cultivos controlados pelos agricultores geravam excedentes que permitiam relações de ajuda mútua entre as famílias (comunidade), mas com pouca venda até os anos 1960. Entre as atividades destacam-se diversas culturas destinadas a alimentação humana, sendo que os agricultores mantinham variedades diferentes para distintas finalidades. No caso do milho, as plantas têm polinização aberta (alto cruzamento entre plantas), sendo que a geografia montanhosa favoreceu a preservação da diversidade de materiais, reduzindo a polinização cruzada entre as populações de plantas de diferentes áreas.

Anchieta ficou conhecida como Vila, constituindo-se em distrito do município de São Miguel do Oeste e, posteriormente, de Guaraciaba. Foi apenas em 1963 que ocorreu o processo de emancipação. Tal condição demonstra que os limites do território dado podem ser alterados, com relações construídas que perpassam a fronteira física. “As primeiras atividades econômicas em Anchieta foram ligadas à extração e industrialização da madeira, à agropecuária e ao comércio local” (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.16-17), com diferentes graus de importância até hoje. A tradicional produção de milho deu base aos processos de expansão da cadeia de suínos, desempenhando importante papel econômico na segunda metade do Século XX. Contudo, as demandas por escala acabaram gerando exclusão social e reduzindo a importância local dessa atividade, momento em que a produção de grãos, a fuminicultura e, mais recente, a bovinocultura de leite ganharam expressão social e econômica.

Entre a exclusão da suinocultura e a criação de novas oportunidades, muitos agricultores familiares deixaram o campo. Entre os que permanecem, aprofunda-se o debate dos problemas sociais puxados pelas pastorais sociais, orientados pela Teologia da Libertação. Nessa direção, o município é pioneiro na articulação de movimentos sociais rurais, como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), possuindo historicamente ligação com a agricultura agroecológica, como a produção com certificado de conformidade orgânica. Essas organizações vão organizar ações de representação dos interesses dos agricultores, contribuindo com os movimentos de luta por políticas públicas.

A abertura comercial agrava a crise econômica na década de 1990. Além de reivindicar ações do Estado, o ano de 1996 marca o início das discussões dos agricultores familiares anchietenses em torno do modelo de produção, no qual ganha força a preservação das sementes crioulas. Entre as organizações que puxaram esse projeto estão o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura familiar (Sintraf).



O trabalho resultou na organização da primeira Festa Estadual do Milho Crioulo (Femic), no ano de 2000, a qual ganhou dimensão nacional com a realização da 1ª Festa Nacional do Milho Crioulo (Fenamic), em 2002. O evento passou a ocorrer a cada dois anos, tendo como objetivo promover/expor experiências produtivas com sementes crioulas e agroecologia (LOCATELLI, 2019). A diversidade genética de sementes, especialmente, de milho (CANCI; BRASSIANI, 2004) conferiu ao município o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas (Lei Ordinária 13562/2017, Câmara dos Deputados, 2017).

Dentre os produtos e serviços de qualidade do território (Quadro 1), o milho crioulo configura-se como principal representante (Figura 3). Os atores apontam quinze variedades com qualidades diferenciadas em relação aos híbridos comerciais, o que abre possibilidades de valorização gastronômica. Essa iniciativa passa por estudos com vistas a resgatar a história de seus usos e finalidades e estruturar a oferta de produtos diferenciados qualitativamente, como a farinha de milho crioulo. As características particulares e o reconhecimento nacional desencadearam tratativas de criação de uma Indicação Geográfica, a qual pode representar uma possibilidade de valorização via criação de normas e selos que mobilizem suas qualidades específicas na construção de mercados. Enquanto essa não avança, o milho crioulo e seus produtos têm baixa expressão comercial. Um dos entraves é a ausência de protocolos que garantam a manutenção da qualidade, que acabam por influenciar diretamente no reconhecimento e agregação de valor ao produto. Em complemento, a escala reduzida das áreas de produção limita alcançar algumas exigências para acessar novos mercados, como relatado para o caso do código de barras.

QUADRO 1 - Bens e serviços de qualidade com potencial de mobilização para compor a CBST inicial no município de Anchieta.

1. Milho crioulo: farinha, canjica
2. Açúcar de cana e melado, queijo colonial e conservas
3. Alimentos orgânicos e coloniais
4. Cerveja artesanal
5. Artesanatos
6. Orquídeas e feiras de Exposição
7. Turismo Rural Sítio Vale Vêneto
8. Rota dos Cânions e Cachoeiras
9. Voos de Balão
10. Voos de Parapente e turismo de aventura

Fonte: elaborado pelos autores.

Resgatando a forte tradição de produção para o autoconsumo, constituíram-se pequenas agroindústrias familiares que produzem derivados de cana-de-açúcar, lácteos, pescado e conservas, as quais mantêm tradições de preparo ligados às tradições e histórias das famílias. No caso do açúcar mascavo e do melado, esses são reconhecidos pelo seu

diferencial de qualidade, já alcançando demandas externas, abrindo espaço para ampliar a capacidade de produção. Além do diferencial organoléptico, o produto se insere em um mercado que procura diminuir o consumo de açúcar refinado por indicações médicas e preocupação com a saúde. A produção da cana-de-açúcar que a abastece não usa agrotóxicos, tendo potencial para certificação de conformidade orgânica como forma complementar de agregar valor. Nesse tipo de diferenciação, além dos custos burocráticos do processo, os produtores relatam a necessidade de construir barreiras para isolar a contaminação proveniente dos vizinhos. Contudo, essa possibilidade de piramidização de atributos tende a trazer mais benefícios.

FIGURA 3 – Sementes crioulas e farinha de milho crioulo produzida em Anchieta - SC, 2020.



Fonte: Autor e prefeitura municipal de Anchieta

A comercialização dos produtos da agricultura familiar é organizada pela Cooper Anchieta, ator associativo chave. Junto aos agroindustrializados, a cooperativa conta com oito famílias com a certificação de conformidade orgânica, além das que estão em transição no processo de adequação. As verduras e frutas se destacam ao atrair o consumidor pelo sabor e apelo à produção limpa. Até o momento, a valorização se deu no aumento da demanda e preferência em relação aos produtos não orgânicos, comercializados nos demais mercados. Contudo, os limites de renda da população restringem a agregação de valor aos produtos orgânicos, sendo comercializados a preços similares aos da produção convencional. Caso alcancem escala e passem a compor a CBST, os produtos menos perecíveis podem encontrar novos mercados externos.

### **3.2. Para além do rural: possíveis conexões de uma CBST**

Localizado a 740 km de distância da capital do estado, Florianópolis, e estando somente a 44 km da fronteira com a Argentina, Anchieta tem 5.721 habitantes e área total de 231,7 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017). O relevo montanhoso, com diferenças de altitudes de 550m em menos de 20 km, cortado pelo Rio das Antas, o que deu origem a 117 cachoeiras catalogadas



em seu território (Município de Anchieta, 2020). Tal condição permitiu o desenvolvimento das primeiras experiências de turismo ecológico e de aventura, o qual conta com o apoio da Prefeitura Municipal, de famílias de agricultores, de empresários e empreendedores do município e da região. Destaca-se a empresa Ar Livre Ecoturismo, que oferece passeios guiados pelas cachoeiras existentes e nas piscinas naturais, além de uma rota dos cânions, de voos de balão e refeições de comidas típicas da região.

O passeio no interior é conduzido com uma Kombi, que proporciona uma experiência nostálgica muito apreciada pelos turistas. As fotografias na Kombi tendo o pôr-do-sol como cenário está se tornando uma marca do município (Figura 4). De forma ocasional são organizados voos de balão, o qual chama muito a atenção, pois propicia a visão de uma bela paisagem que só encontra-se no território de Anchieta. Turistas de diversos lugares são atraídos pelo voo, hospedagem, passeios e alimentação com custo menor que outras regiões do Sul do Brasil que realizam voos. São feitas duas decolagens, uma no nascer e outra no pôr do sol, pois são os horários em que o vento está mais favorável. O passeio não tem uma rota definida, pois o trajeto irá seguir o vento e sucessivamente pousa em propriedades familiares do município. Enquanto aguardam o transporte, os turistas podem conhecer algo complementar ao voo e criar vínculos com os atores, os quais são muito receptivos e interagem com os turistas oferecendo-lhes comidas e conversando, o que permite desfrutar um pouco da cultura da região. Essa associação com as demais características da região cria possibilidades para gerar o efeito da CBST.

Em uma relação mais direta com a agricultura, uma família que se deparava com problemas econômicos nas atividades tradicionais (leite e grãos) criou o Sítio Vale Vêneto. Nessa unidade de turismo rural são realizadas trilhas, as quais propiciam desfrutar a natureza, com suas belas cachoeiras e o pôr do sol. Em complemento, a família oferece café colonial em um porão, sendo que as comidas e o local possuem ligações históricas e culturais com os povos italianos que colonizaram a região. Os visitantes podem adquirir ainda produtos do Sítio e do município, como artesanatos e cerveja artesanal, onde é possível evidenciar um exemplo inicial de articulação do efeito cesta. Enquanto a trilha da Rota dos Cânions e Cachoeiras conta com trilhas mais longas e percursos que exigem maior condicionamento físico, as trilhas do Vale Vêneto são menores, sendo a atratividade garantida pela qualidade e sabor diferenciado dos produtos ofertados (Figura 5). Portanto, exerce uma ação de elo entre os diferentes serviços e produtos específicos do território, o que reforça o potencial para a formação de uma CBST.



FIGURA 4 - material de divulgação da empresa Ar Livre Ecoturismo associando passeio de Kombi e voos de balão - Anchieta - SC, 2020.



Fonte: Instagram de @Arlivreecoturismo.

FIGURA 5 - Fotografias dos passeios turísticos realizados no Sítio Vale Vêneto.



Fonte: Instagram de @sitiovaleveneto\_.

Para além da memória e das imagens, o turista pode levar como lembranças artesanatos feitos a partir de madeira, tecidos, sementes crioulas e palha de milho e trigo, que são parte dos recursos do território. Nesse sentido, os artesãos utilizam de seu saber, vivência e tradições para criar artes ligadas ao município, que coloquem suas belezas em evidência. Esses trabalhos manuais não são produzidos em escala e demandam tempo e materiais específicos, o que eleva o custo de cada peça. Em um contexto de mercado local limitado, poucos atores encontram nesse tipo de trabalho um meio de vida. Para além da associação



com os passeios, o efeito cesta pode contribuir com a valorização e divulgação do artesanato na associação com eventos e demais produtos de qualidade do município.

Em consonância com o processo global de busca por produtos com qualidades que propiciem prazer na alimentação, identifica-se no território uma cervejaria artesanal. Além do paladar, que resultou em premiações nacionais, essa procura associar um forte valor histórico e cultural relacionado à descendência italiana dos atores. Tal condição contribui para demandas crescentes, sendo que o reconhecimento da marca vem aumentando, inclusive, com premiações. A valorização desse produto traz a possibilidade de envolvimento com o turismo, podendo estar associado ao consumo de alimentos da CBST.

No segmento de festas típicas, o município também realiza a Feira de Exposição Regional de Orquídeas, Cactos e Suculentas. A exposição é realizada anualmente no feriado de 7 de setembro pela Associação de Orquidófilos Anchienses (Adora), que é formada por admiradores de orquídeas e outras plantas do município. O evento chega a atrair cinco a seis mil pessoas do estado de Santa Catarina e de outros estados da região Sul. Além do intercâmbio de cultivadores e a competição entre as agremiações, o evento é capaz de associar a alimentação, insumos e artesanatos locais e colocar em evidência outros tipos de produtos e serviços do município. Além da venda de orquídeas, há a venda de artesanatos locais, especialmente, feitos com madeira, sementes, palha, toalhas bordadas, crochê, entre outros materiais. Vale destacar que os visitantes geralmente buscam pelas sementes crioulas, que são uma marca local muito importante.

### **3.3. Descrição dos atores territoriais**

O conceito de território adotado neste estudo está associado à perspectiva de construção social entre os atores, os quais se mobilizam para resolver problemas comuns ou fortalecer ações compartilhadas. Dentre os atores (Quadro 2) potenciais associados aos produtos inventariados na articulação de uma CBST está a cooperativa Cooper Anchieta. Seus associados são agricultores familiares com produtos convencionais e orgânicos, tendo em comum forte relação com o Sintraf. A cooperativa se relaciona com as agroindústrias e com a associação dos produtores de milho crioulo, tendo direcionado o olhar para a agroecologia e o turismo rural, embora ainda não atue nas rotas turísticas. Seu ponto físico permite concentrar a venda de muitos produtos agrícolas e processados diferenciados pelo saber fazer dos atores: produtos orgânicos, açúcar mascavo, queijos coloniais, conservas, geleias, mel e uma grande variedade de produtos artesanais e bolachas caseiras. Pela relação estabelecida com diversos atores verifica-se a importância chave que pode assumir no processo de governança.



O potencial de valorização conjunta representa uma possibilidade para expandir a produção e puxar/engajar outros. Os atores responsáveis pela plantação de milho crioulo e beneficiamento de farinha são representados pela Associação dos Pequenos Agricultores Produtores de Milho Crioulo (ASSO), que atualmente se articula apenas com a Cooper Anchieta. Essa é a principal situação em que a imagem criada em torno do milho crioulo é ativada em um produto. Em complemento, há alguma produção de artesanatos a partir de sementes e palha. Embora associe outros produtos, o milho é a base da Festa das Sementes Crioulas, sendo que o evento integra outros produtos agropecuários, o comércio e produtos industriais locais. O evento é promovido pela Cooper Anchieta e conta com o apoio da Epagri, do Sintraf, a Adora e Anchiatur. Embora não envolva todas as organizações do município, forma uma rede de atores que concentram a divulgação dos bens e serviços.

QUADRO 2 - Atores com potencial de mobilização para englobar a governança inicial da CBST.

1. Cooperativa Cooper Anchieta
2. Agroindústrias
3. Associação dos Pequenos Agricultores Produtores de Milho Crioulo e Derivados (ASSO).
4. Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF)
5. Associação de Orquidófilos Anchienses (ADORA)
6. Associação Anchiense de Turismo (ANCHIATUR)
7. Ar Livre Ecoturismo
8. AnchietaXtreme
9. Cervejaria Frisanco
10. Produtores rurais
11. Poder Público

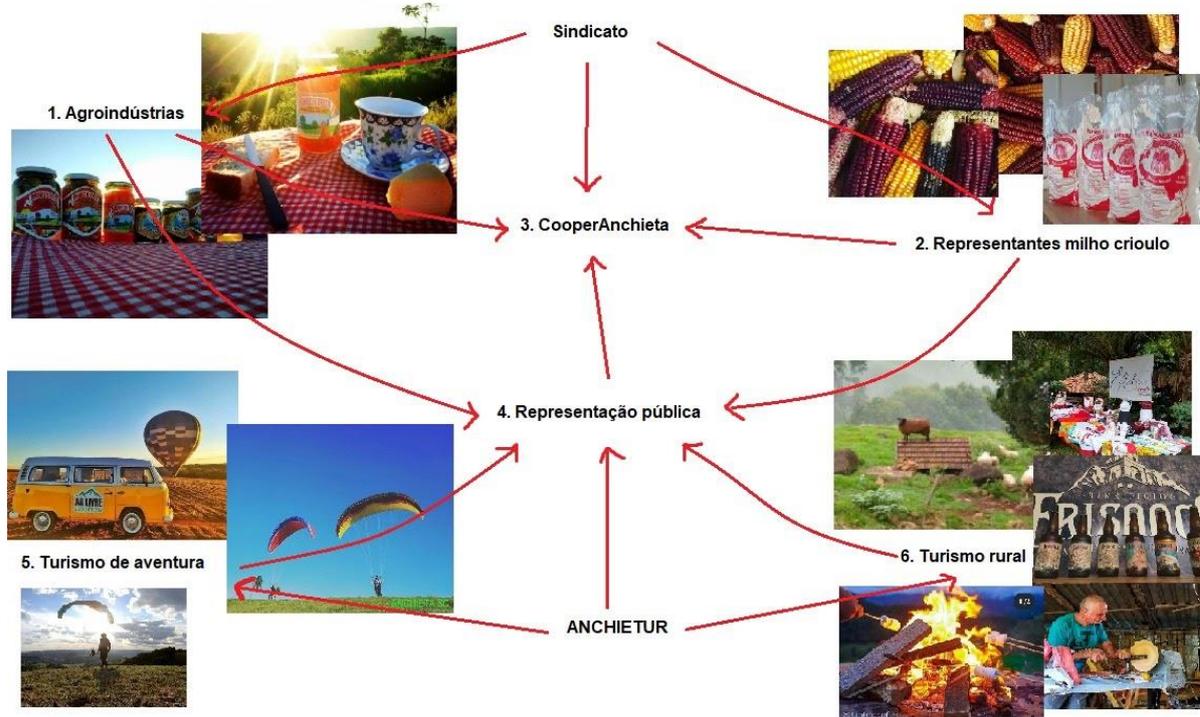
Fonte: Elaborado pelos autores.

A grande variedade de artesanatos produzidos com elementos específicos de Anchieta pode representar uma expressão física da cultura e a história local. Esses possuem uma breve articulação com o Vale Vêneto, em rotas da Anchiatur e com a Cooper Anchieta. Os atores afirmam ser um bom potencial para estar presente na CBST, devido a demanda destes produtos e a oportunidade de criar vínculos com outras instituições e reforçar a imagem do território. A Associação de Turismo engloba atores privados e associativos, como os artesãos, os orquidófilos, a empresa Ar Livre Ecoturismo, o café colonial e passeios no Vale Vêneto. Na relação com o poder público, o apoio da prefeitura caracteriza-se como importante ator associativo no contexto das articulações já evidenciadas no território (Figura 6).

Tendo em vista as mais de mil variedades de orquídeas cultivadas no município, a Feira das Orquídeas atrai pessoas de diferentes regiões do país, propiciando acesso aos demais produtos. Além da Adora, o evento integra outras organizações específicas locais. O

Vale Vêneto fornece a alimentação junto a outros restaurantes. A Cooper Anchieta expõe uma grande variedade de produtos do município para a comercialização. Nessa interface, a Feira das Orquídeas está se tornando cada vez mais conhecida e atraindo mais turistas, os quais acabam desfrutando dos serviços de turismo oferecidos pela Anchietur, Vale Vêneto e Anchieta Xtreme, com os voos de parapente. Nos serviços ofertados pela Anchietur há articulação com a cervejaria Frisanco.

FIGURA 6 - Esquema de relações entre atores territoriais.



Fonte: elaborado pelos autores

Em confluência com os conceitos de CBST, percebe-se a existência de uma cesta de produtos e serviços com potencial de valorização por meio da articulação dos atores responsáveis, construindo-se um território que possa fortalecer a economia local. Como destaca-se a seguir, atualmente alguns agentes já iniciaram ações de cooperação, como Prefeitura Municipal que por hora interage com alguns atores fornecendo apoio à produção. Os agentes privados e de turismo também contam com a colaboração de produtores rurais etc. A cooperativa tem feito acordos com prefeitura, ADORA e sindicato. Esses vínculos entre as organizações representam embriões de cooperação que podem se fortalecer e resultar em estratégias coordenadas com potencial de promover o efeito cesta. Contudo, a construção de espaços de diálogo e gestão dos conflitos devem ser estimuladas para alcançar a governança.



#### 4. Considerações finais

A pesquisa inventariou e caracterizou uma série de produtos e serviços de qualidade, bem como os atores relacionados no município de Anchieta. Verifica-se grande potencial de valorizar os produtos e serviços articulando a história e produção do milho crioulo com os operadores do turismo e de hospedagem. Esses podem se associar com as tradições e paisagens do município, tendo o apoio dos atores públicos e associativos para promover tal conexão, visto que alguns encontram-se isolados ou inexpressivos no momento. Em paralelo, a oferta dos produtos diferenciados precisa de apoio do poder público para se organizar com vistas a manter a estabilidade, quantidade e as qualidades apreciadas, reforçando a imagem específica. Um exemplo é a produção do milho crioulo, marca do território, que enfrenta gargalos no contexto atual da produção.

A identificação da rede de atores com interesses comuns aponta a necessidade de fortalecer os laços de cooperação, acordando benefícios comuns e aprimorando a gestão de conflitos. Dentre os atores com possibilidade de contribuir no contexto da CBST estão a Prefeitura Municipal, Associação de Turismo Anchieta (Anchietur), Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), a Cooper Anchieta, produtores e proprietários privados, como as pequenas agroindústrias, produtores rurais do município e os atores relacionados aos produtos e serviços de qualidade do território. Esses atores precisam contar com espaços de aproximação e diálogo para criar acordos que possam promover a valorização conjunta de seus produtos e serviços. Destaca-se que a aproximação desses atores era objetivo do presente trabalho, mas o contexto da pandemia do Covid-19 limitou tais iniciativas.

#### 5. Referências bibliográficas

- BRASIL, **Lei Ordinária 13.562, de 21 de dezembro de 2017**. Confere ao município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas. Câmara dos Deputados. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=512619>>. Acesso em: 06 mai. 2020.
- CANCI, Ivan José; BRASSIANI, Ivanildo Ângelo. **Anchieta: história, memória e experiência, uma caminha construída pelo povo**. São Miguel do Oeste: Mc Lee, 2004. 418p.
- CAMPAGNE, Pierre; PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Ed. Charles Léopold Mayer, Paris, n. 204, 135 p., 2014. Disponível em: <[http://docs.eclm.fr/pdf\\_livre/368LeDeveloppementTerritorial.pdf](http://docs.eclm.fr/pdf_livre/368LeDeveloppementTerritorial.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2020.



CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Entre a especialização produtiva e a agroecologia: estratégias de reprodução social de agricultores familiares da Região Extremo Oeste Catarinense. **Sustentabilidade Em Debate**, 6(2), 33–50, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v6n2.2015.15492> Acesso: 3 de maio de 2021.

CAPELLESSO, Adinor José. **Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?** Tese (Doutorado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CAZELLA, Ademir Antonio. **O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável.** 2018. 60 f. Projeto MCTIC/CNPq em Agroecossistemas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1H2xokcQyZSj-qQP46lvnJz1LvQI0MY58/view?usp=sharing>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

GLON, Éric; PEQUEUR, Bernard. **Au coeur des territoires créatifs.** Presses universitaires de Rennes, 2016.

GODBOUT, Jacques. T.; CAILLÉ, Alain. (1939) **O espírito da dádiva.** Tradução de WUILLAUME, P. C. F. X. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1. ed., 1999.

HIRCZAK, Maud; MOALLA, Mehdi; MOLLARD, Amédée; PECQUEUR, Bernard; RAMBONILAZA, Mbolatiana; VOLLET, Dominique. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. **Économie Rurale**, Paris, n. 308, p.55-70, 2008a. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/economierurale.366>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PUTNAM, R. D. Capital social e desempenho institucional. In: PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro. FGV, 1996. pp.173-194.

HIRSCHMAN, A. O. Os conflitos sociais como pilares das sociedades de mercado democráticas” In: HIRSCHMAN, Albert O. **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque.** São Paulo. Companhia das Letras, 1996, pp. 259-277. 314p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2017 Anchieta - SC.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/panorama>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

JANIN, Claude; PERRON, Loïc. **Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação - guia metodológico.** Tradução de: Domitila Madureira. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p. (Epagri, Documentos, 304). Disponível em: <[https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/valorizar-os-recursos-territoriais\\_chaves-para-a-acao.pdf](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/valorizar-os-recursos-territoriais_chaves-para-a-acao.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2020.



- LOCATELLI, A. R.. **Uma História Ambiental do Resgate das Semetes Crioulas em Anchieta - SC (1996-2002)**. 2019. 77 f. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/2445/2795>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- MOLLARD, Amédée. Qualité et développement territorial : une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Economie Rurale**, Paris, v. 263, n. 261, p.16-34, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5240>> . Acesso em: 09 mar. 2020.
- PECQUEUR, Bernard. Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, nos. 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- PECQUEUR, Bernard. Qualidade e Desenvolvimento Territorial: A Hipótese da Cesta de Bens e de Serviços Territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 135-153, dez. 2006. Disponível em: <[https://drive.google.com/open?id=1jHWh05iP7Ewk66TT8zpd8-ZeVmB3\\_1hx](https://drive.google.com/open?id=1jHWh05iP7Ewk66TT8zpd8-ZeVmB3_1hx)>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- PLOEG, Jan D. V. der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 13-54.
- REIS, José. Diferenciação e mudança: do rural ao território. IN: REIS, José. **Ensaio de economia impura**. COIMBRA: ED. ALMEDINA, 2007. pp. 193-209
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. **Cachoeiras e Cascatas**. Portal de Turismo de Anchieta, Secretaria de Desenvolvimento local. Disponível em: <<https://turismo.anchieta.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/2943>>. Acesso em: 06 mai. 2020
- RENK, Arlene. Uns trabalham e outros lutam: brasileiros e a luta na erva. **Horiz. antropol.** [online]. vol.6, n.14, pp.239-258, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832000001400010>. Acesso em: 03 de maio de 2021.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- ZIMMERMANN, Sílvia A. et al. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 540-573, abr., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/23828/14397/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Anchieta (Santa Catarina)**. 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta\\_\(Santa\\_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_(Santa_Catarina))>. Acesso em: 19 mar. 2020.